



## Minirreforma é aprovada em comissão e vai a Plenário hoje

Luiz de Paula/Agência Senado



Substituto de Raupp (3º à esq.) ao projeto de Jucá (2º à esq.) foi analisado em comissão por Sérgio Souza e Rodrigues

Texto busca mais transparência nas eleições, condições mais iguais para os candidatos e menos gastos. Avança também hoje projeto de voto aberto no Congresso

**S**ubstituto ao projeto de minirreforma eleitoral foi aprovado ontem em votação final na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), mas passará pelo crivo do Plenário, porque o autor do texto original, Romero Jucá, quer a confirmação de todo o Senado antes de o projeto seguir para a Câmara.

Para valer nas eleições de 2014, as mudanças

precisam ser aprovadas nas duas Casas do Congresso até o fim do mês. A proposta limita despesas com cabos eleitorais e proíbe enquetes informais na campanha. Alguns senadores classificaram as mudanças como “cosméticas”.

Também irá ao Plenário, se aprovado hoje na CCJ, projeto que determina voto aberto em todas as decisões do Legislativo. **3**

### Rodrigo Janot recebe apoio no Senado

Indicação presidencial de Rodrigo Janot para o cargo de procurador-geral da República foi aprovada ontem pelo Plenário do Senado por 60 votos a 4.

Diversos senadores manifestaram confiança no trabalho de Janot, cujo nome foi escolhido em lista tríplice elaborada pelos procuradores. **2**

### Relator tem propostas sobre terras-raras

Subcomissão Temporária das Terras-Raras aprovou ontem o relatório apresentado por Luiz Henrique após a realização de cinco audiências públicas com especialistas. Propostas serão acrescentadas

ao projeto de regulação que tramita na Câmara e relator pretende apresentar proposição também no Senado. Após a aprovação, foi lançado o 17º número da revista *Em Discussão!*, que trata do assunto. **4**

Pedro Franco/Agência Senado



Ao lado de Anibal Diniz, Luiz Henrique (D) comenta a revista *Em Discussão!*, que abordou as terras-raras na nova edição



Marcos Oliveira / Agência Senado

Renan Calheiros recebe Henrique Alves: presidentes do Senado e da Câmara se unem contra temas desconexos em medidas provisórias

### Senadores defendem veto a “penduricalhos” em MPs

A decisão do presidente da Câmara, Henrique Alves, de rejeitar a partir de outubro medidas provisórias com temas diversos do original recebeu apoio do presidente

do Senado, Renan Calheiros, e de senadores do governo e da oposição. Pivô da iniciativa por tratar de 20 assuntos, a MP 615/2013 deve ser votada hoje. **5**

**Ferraço apresenta cronograma de trabalho para CPI da Espionagem **2****

**Política antidroga ainda está longe de consenso, aponta debate **8****

**Parlamentares querem exploração de potássio na Amazônia **4****

**Bancos pedem autonomia do BC e mais transparência **6****

**Projeto sobre jornada de aeronautas terá substitutivo **7****

# Senadores destacam escolha do novo procurador

Escolhido pela presidente Dilma em lista tríplice apresentada pela Associação dos Procuradores, Rodrigo Janot teve a indicação a procurador-geral da República aprovada ontem pelo Senado

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, manifestou confiança em Rodrigo Janot, cuja indicação para procurador-geral da República foi aprovada pelo Plenário na sessão de ontem. Indicado pela presidente Dilma Rousseff para substituir Roberto Gurgel, Janot obteve 60 votos favoráveis e 4 contrários.

Renan fez referências à sabatina do procurador perante a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), no dia 29 de agosto, quando Janot defendeu o aprimoramento do combate à corrupção.

— Ele demonstrou capacidade, competência e isenção. E vai conduzir muito bem o Ministério Público. Nós confiamos no trabalho de Janot — afirmou.

José Agripino (DEM-RN) lembrou que Janot assumiu o compromisso de oxigenar o



Indicado a chefe do Ministério Público, Janot recebeu a confiança dos senadores

Ministério Público. No mesmo sentido, Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) disse que a instituição deve ser “os olhos e ouvidos da sociedade”.

Inácio Arruda (PCdoB-CE) elogiou a presidente Dilma Rousseff por ter respeitado a vontade dos integrantes do MP. Rodrigo Janot foi o mais votado em lista tríplice encaminhada à presidente pela Associação Nacional dos

Procuradores da República.

Também se manifestaram a favor da indicação Pedro Taques (PDT-MT), Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), Walter Pinheiro (PT-BA), Mário Couto (PSDB-PA), Lídice da Mata (PSB-BA), Eduardo Lopes (PRB-RJ), Gim (PDT-DF), Eunício Oliveira (PMDB-CE), Blairo Maggi (PR-MT), Eduardo Suplicy (PT-SP) e Cássio Cunha Lima (PSDB-PB).

## Aprovadas indicações de dois novos embaixadores

Com 54 votos favoráveis, 2 contrários e 1 abstenção, o Plenário do Senado aprovou ontem a indicação do diplomata Antonio José Vallim Guerreiro para o cargo de embaixador do Brasil na Rússia e, cumulativamente, no Uzbequistão. Guerreiro ingressou

na carreira diplomática em 1974, alcançando a função de ministro de primeira classe em 2001.

Por 46 votos a favor, 3 contrários e 1 abstenção, o Plenário do Senado aprovou também a indicação do diplomata Marcos Bezerra Abbott Galvão

para o cargo de delegado do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio (OMC) e outras organizações econômicas com sede em Genebra, Suíça.

Marcos Galvão entrou no Itamaraty em 1979 e é ministro de primeira classe.

## CPI quer saber sobre leilão de petróleo

O relator da CPI da Espionagem, Ricardo Ferraço (PMDB-ES), apresentou ontem as linhas gerais do plano de trabalho. Foram aprovados diversos requerimentos para ouvir autoridades brasileiras. Na terça-feira, os senadores querem audiência com o jornalista norte-americano Glenn Greenwald e representantes da Agência Nacional do Petróleo (ANP) e da Petrobras, para saber se o leilão do Campo de Libra, na Bacia de Campos, está comprometido devido à espionagem dos Estados Unidos.

Greenwald foi o responsável por divulgar dados secretos coletados pelo técnico Edward Snowden, ex-funcionário terceirizado da Agência de Segurança Nacional (NSA) dos Estados Unidos. Greenwald revelou ainda que a presidente Dilma Rousseff e a Petrobras foram alvo da espionagem.

A presidente da CPI, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), comunicou que ela e Roberto Requião (PMDB-PR) se reuniram no Rio de Janeiro com Greenwald e seu companheiro



Ferraço e Vanessa foram ao Rio de Janeiro se reunir com o jornalista Greenwald

brasileiro, David Miranda. Os dois senadores também estiveram na Polícia Federal.

Ferraço relacionou cinco linhas de investigação: alcance e execução da espionagem; o aparato brasileiro de defesa e

inteligência cibernéticas; política, diplomacia e convenções internacionais; preparativos governamentais para proteção das telecomunicações frente à “guerra cibernética”; e Marco Civil da Internet.

## Espionagem sobre a Petrobras será tema de audiência conjunta

Atendendo Requião e Randolfe Rodrigues (PSOL-AP), o Senado fará audiência conjunta das Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Relações Exteriores (CRE). A audiência foi aprovada ontem pela CAE,

presidida por Lindbergh Farias (PT-RJ). Ele informou que tomará providências para que a reunião aconteça na próxima semana, tendo em vista que o leilão da Petrobras está marcado para o mês que vem.

## PEC da Música deve ser votada na sessão plenária de hoje

Por iniciativa do presidente do Senado, Renan Calheiros, o Plenário aprovou ontem o calendário especial de tramitação da chamada PEC da Música (PEC 123/2011). Por acordo de líderes, a proposta deverá ser votada na sessão de hoje. O calendário especial permite uma votação mais rápida da matéria no Senado.

O texto isenta de impostos CDs e DVDs com obras

musicais de autores brasileiros. O objetivo é reduzir o preço e desestimular reproduções piratas. Os senadores do Amazonas consideram a PEC uma ameaça à indústria fonográfica instalada na Zona Franca de Manaus. O líder do governo, Eduardo Braga (PMDB-AM), observou, no entanto, que há um acordo em torno de uma emenda para não prejudicar a indústria nacional.

### CONGRESSO COLETA OBJETOS PARA MOSTRA SOBRE CONSTITUIÇÃO

O Senado e a Câmara estão coletando objetos de servidores das duas Casas para uma exposição sobre os 25 anos da Constituição. As peças serão devolvidas aos proprietários após o encerramento do evento, previsto para o final de fevereiro de 2014. A mostra compreende os anos que

antecedem a Constituição (1978 a 1985), a Assembleia Nacional Constituinte (1987 e 1988) e os avanços obtidos a partir da promulgação. Os objetos devem ser entregues até a próxima quarta-feira no Centro de Documentação e Informação da Câmara. Informações pelo telefone 3216-5777.

### ADIAMENTO

Por motivos técnicos, os pronunciamentos de senadores no Plenário depois da ordem do dia de ontem serão publicados na próxima edição do **Jornal do Senado**.

## AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



### PLENÁRIO PEC da Música

14h A proposta de emenda à Constituição que isenta de impostos CDs e DVDs poderá ser votada hoje na sessão plenária.

### PRESIDÊNCIA Reunião de líderes

15h Renan Calheiros participa de reunião de líderes; às 16h, preside a ordem do dia; e às 16h30, recebe a ministra de Relações Institucionais, Ideli Salvatti.

### CI Governança da aviação civil

7h30 Comissão debate governança e evolução da aviação civil, dentro do ciclo sobre investimento e gestão logística.

### CAS Benefício do INSS

9h Na pauta, projeto que garante condição de segurado especial do INSS a cônjuge ou companheiro.

### CDR Investimento da Petrobras

10h Audiência pública sobre os investimentos da Petrobras nas Regiões Centro-Oeste, Nordeste e Norte, em especial em Mato Grosso do Sul.

### CCJ Voto aberto

10h A proposta que estabelece o voto aberto em todas as deliberações do Parlamento é o primeiro item da pauta.

### CE Diploma estrangeiro

10h O reconhecimento de diplomas de curso superior do Mercosul será debatido na comissão com Vicente França, representante de pós-graduados no exterior.

### CORAL Apresentação

11h O Coral do Senado e a Orquestra Sinfônica de Estação (RS) estarão no hall da Secretaria de Tecnologia e Informação.

### PARLASUL Requerimentos

14h30 Reunião da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul para votação de requerimentos.

### CMO Diretrizes para 2014

15h A Comissão Mista de Orçamento se reúne para análise do relatório final do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2014, no Plenário 2 da Câmara.

### SISTEMA DE SAÚDE Texto final

15h Apresentação do relatório final da comissão que propõe soluções para o financiamento do sistema de saúde no país.

### EXPOSIÇÃO Cerrado Vivo

19h30 Lançamento da exposição *Cerrado Vivo*, na Biblioteca, parte do concurso anual promovido pela Embrapa.

### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



### RÁDIO SENADO

A Rádio Senado transmite, a partir das 7h30, **audiência pública da Comissão de Infraestrutura**; e, às 10h, **reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania**. Às 14h, transmissão da **sessão plenária**. A Rádio Senado pode ser acompanhada ao vivo pela internet: [www.senado.leg.br/radio](http://www.senado.leg.br/radio).

### TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **reunião da Comissão de Constituição e Justiça**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet ([www.senado.leg.br/tv](http://www.senado.leg.br/tv)) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Projeto não segue direto para a Câmara, apesar de aprovado em votação final na Comissão de Constituição e Justiça, porque autor do texto original quer participação de todos

# Minirreforma eleitoral deve ser confirmada hoje pelo Plenário

A COMISSÃO DE Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem, em turno suplementar, substitutivo de Valdir Raupp (PMDB-RO) à proposta de minirreforma eleitoral (PLS 441/2012). O texto seguirá para o Plenário, com expectativa de votação hoje, porque o autor do projeto, Romero Jucá (PMDB-RR), apresentou recurso argumentando que a minirreforma precisa ter a confirmação de todo o Senado antes de seguir para a Câmara.

— Assim, todos poderão apresentar emendas e garantiremos transparência e participação mais efetiva — disse Jucá.

A minirreforma pretende reduzir gastos de campanha, dar maior transparência às eleições e mais igualdade de condições aos candidatos. Para valer em 2014, as mudanças na Lei Eleitoral e na Lei dos Partidos Políticos precisam ser aprovadas pelo Senado e pela Câmara até o fim do mês.

Além das 36 emendas da semana passada, o substitutivo de Raupp recebeu ontem 42 emendas. Ele acatou 22, como a proibição de usar recursos



Ao lado de Sérgio Souza, Raupp (D) lê o substitutivo ao texto de Jucá (E)

do Fundo Partidário para pagar multas por irregularidades na propaganda eleitoral. Autora da emenda, Ana Rita (PT-ES) argumentou que o fundo foi feito para fortalecer os partidos, contribuindo com a organização deles e com a formação da militância. Usar a verba para pagar multas seria desvirtuamento das finalidades.

## Cabos eleitorais

Um dos pontos mais polêmicos tratou da contratação de cabos eleitorais. Humberto Costa (PT-PE) e Randolfe

Rodrigues (PSOL-AP) defenderam o fim das contratações. Segundo Humberto, a prática provoca as maiores distorções nas campanhas, que não têm mais militância voluntária. Um exemplo seria a contratação de um número de cabos eleitorais maior até que o de votos necessários para a eleição.

Apesar das reclamações, o texto mantém a possibilidade de contratação, mas reduz as despesas com cabos eleitorais — seja com alimentação, comitês ou aluguel de veículos. Jucá explicou que, em casos de

campanhas majoritárias, é fácil achar militância voluntária, o que não ocorre nas disputas proporcionais. Acabar com a prática poderia colocar em risco a aprovação da proposta.

Também foi incluída emenda de Sérgio Souza (PMDB-PR) proibindo enquetes informais durante o processo eleitoral. O senador defendeu que as pesquisas são importantes, mas as enquetes, muitas vezes feitas por veículos de comunicação criados especificamente para a campanha, não são confiáveis e interferem no processo.

Outra emenda, de Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), determina que recursos do fundo destinado a institutos ligados a partidos e que não forem usados no ano possam ser mantidos no orçamento da fundação. O substitutivo previa que o dinheiro seria devolvido aos partidos.

Foi acolhida também sugestão de Cássio Cunha Lima (PSDB-PB) para que, nas inserções de rádio e TV, seja proibida a inclusão de mensagem degradante ou que ridicularize partidos ou candidatos.

## Críticas às mudanças “cosméticas”

Mesmo aprovada por unanimidade, a minirreforma foi criticada. Randolfe, por exemplo, disse que as mudanças são superficiais.

— Estamos aqui discutindo cosméticos, tamanho de placas. Enquanto aceitarmos o financiamento privado, vamos ter corrupção. Desde 1988, nunca fizemos nenhuma reforma política — lamentou, lembrando que a única mudança significativa ocorrida nesse período foi de iniciativa popular: a Lei da Ficha Limpa.

Souza reconheceu que o Congresso não fez “o dever de casa” ao discutir e aprovar uma reforma política. Mas, apesar de considerar a atual minirreforma apenas um “remendo” nas leis eleitorais para 2014, afirmou que pelo menos “alguma coisa” está sendo feita.

Eduardo Suplicy (PT-SP) anunciou que vai apresentar em Plenário emenda exigindo prestação de contas em tempo real das contribuições de campanha. Para ele, a minirreforma não avançou na transparência, ao permitir que a divulgação das doações seja feita apenas na prestação final das contas.

## Relatório apoia voto aberto em todas as decisões do Congresso

Sérgio Souza (PMDB-PR) entregou ontem à Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) relatório favorável à proposta de emenda à Constituição (PEC 43/2013) que acaba com a votação secreta no Senado e na Câmara. A PEC é o primeiro item a ser analisado hoje pela CCJ. Se aprovada, segue para votação no Plenário.

Souza mantém o texto aprovado pela Câmara no dia 3. Assim, abre a votação — nas comissões e no Plenário — não

apenas durante os processos de perda de mandato, mas também nos exames de vetos presidenciais a projetos aprovados pelo Congresso e nas votações de autoridades indicadas pela Presidência da República para cargos como ministros dos tribunais superiores e do Tribunal de Contas da União, presidente e diretores do Banco Central, procurador-geral da República e chefes de missão diplomática de caráter permanente.

O relator argumenta, no parecer, que não há mais espaço para votações secretas no Legislativo: “No passado, justificavam-se essas votações sob o argumento de que era necessário proteger o parlamentar das pressões oriundas de diversas instituições detentoras de poder político e administrativo. Hoje, diante da presença maior e mais expressiva da cidadania no acompanhamento das atividades do Congresso

Nacional, podemos entender e afirmar que todas as pressões que atuam contrariamente à independência e à autonomia do parlamentar na formação de sua vontade podem ser compensadas pela vigilância dos cidadãos. Avançamos nas páginas da história e hoje a sociedade clama por transparência para melhor fiscalizar o seu representante”.

Depois de apresentar o relatório, Sérgio Souza disse que continuará buscando

convencer os líderes partidários a orientarem as bancadas a votar favoravelmente ao texto original enviado pela Câmara dos Deputados.

— A transparência e a publicidade devem reger a vida pública e o funcionamento das instituições do Estado, além de contribuir para a vigilância do cidadão sobre as atividades do Congresso Nacional. Por isso, defendendo o voto aberto em todas as circunstâncias — afirmou o senador.

### Lúcia Vânia defende voto aberto sem exceções para aumentar transparência



Lúcia Vânia (PSDB-GO) pediu apoio para a aprovação da PEC 349/2001, que extingue o voto secreto em todas as situações. Para a senadora, o Legislativo deve atender a expectativa da sociedade e aumentar a transparência.

Lúcia Vânia leu mensagens recebidas pela Ouvidoria do Senado repudiando tentativas de manutenção parcial do voto secreto.

— Entendo que é isto que a população está querendo: a transparência das nossas ações nesta Casa.

### Cristovam aconselha classe política a não ignorar as mensagens que vêm das ruas



Cristovam Buarque (PDT-DF) fez alerta em Plenário, ontem, à classe política para que não deixe de considerar as reivindicações feitas nos protestos recentes.

Para ele, caso os políticos brasileiros não entendam que têm uma dívida histórica com o país e com a opinião pública, poderão acordar um dia sendo expulsos do Congresso por uma manifestação de grande porte.

— Fechar os olhos à indignação que o povo está demonstrando, além de indecente eticamente, é burrice, é suicídio.

### Mário Couto critica corrupção e diz que o melhor advogado do político é seu patrimônio



Em pronunciamento ontem, Mário Couto (PSDB-PA) manifestou preocupação com a corrupção na política, argumentando que “o melhor advogado de um político é seu patrimônio”. Ele elogiou o governador do Pará, Simão Jatene, pelas realizações em saúde pública, atribuindo os feitos à honestidade do administrador:

— Quando o gestor é sério, é honesto, aparece o trabalho, a sociedade é premiada. Quando não é honesto, as coisas não andam, a população sofre.

### Mozarildo desaprova governo de Roraima por denúncia de venda de terras públicas



Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) criticou o governo de Roraima, que, segundo ele, estaria envolvido, com o Instituto de Terras de Roraima (Iteraima), em esquema de compra, venda e registro ilícito de terras públicas no estado.

O senador destacou o endividamento do estado com recursos do BNDES e de outras instituições e a dilapidação do patrimônio do servidor estadual, segundo ele, com aplicações equivocadas de recursos do Instituto de Previdência do Estado de Roraima.

# Aprovado relatório da regulação das terras-raras

Subcomissão temporária realizou uma série de audiências públicas com especialistas e reuniu sugestões a proposta que tramita na Câmara; relator deverá apresentar projeto também no Senado

DEPOIS DE OUVIR 24 especialistas em terras-raras — 17 elementos químicos presentes em minérios e utilizados para vários produtos, como lentes de câmeras, discos rígidos de computador e telas de celulares —, a Subcomissão Temporária das Terras-Raras apresentou e aprovou ontem o relatório. Apresentado por Luiz Henrique (PMDB-SC), o relatório sugere incluir vários pontos no Projeto de Lei 5.807/2013, que está tramitando na Câmara.

Aprovado na subcomissão, o relatório segue agora para a deliberação da Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT). O relator afirmou que também já deu início à elaboração de um projeto de lei do Senado

sobre o assunto, caso a proposta da Câmara não seja aprovada ou demore a chegar ao Senado.

— Nós já estamos trabalhando no sentido de transformar essas recomendações em projeto de lei, a ser apresentado por esta comissão, que poderá depois ser apensado ao projeto que tramita na Câmara, se ele vier a ser aprovado anteriormente à deliberação deste projeto de lei, para que tenhamos efetivamente um marco regulatório que permita ao Brasil se capacitar nessa área — assinalou Luiz Henrique.

Apesar do nome, as terras-raras não são raras no mundo. No entanto, poucos países têm a tecnologia de extração,

produção e transformação em bens de consumo. Atualmente, a China é a maior produtora de terras-raras. Também estão crescendo nesse mercado os Estados Unidos, a Rússia e o Canadá. O Brasil tem uma geologia favorável, mas ainda precisa viabilizar a cadeia produtiva desses minerais.

— Na década de 80, nós renunciamos à capacitação de todo o processo. Nós nos guiamos pela lei do mercado. Como a China oferecia o produto a baixo custo, nós entendemos que era melhor nós importarmos os insumos da China do que desenvolvermos a cadeia produtiva desses minerais. O Brasil não pode renunciar de novo — afirmou o relator.



Maggi (C) preside audiência da CMA sobre exploração de minérios no Amazonas

## Senadores querem frente parlamentar pelo potássio

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) e Blairo Maggi (PR-MT) defenderam ontem a formação de uma frente parlamentar para viabilizar a exploração de reservas de potássio existentes no estado do Amazonas. Os senadores se manifestaram durante audiência pública a respeito do tema, realizada na Comissão de Meio Ambiente (CMA).

Usado principalmente como fertilizante agrícola, o potássio é a base da adubação utilizada nas lavouras de grãos. O Brasil, porém, compra de outros países 92% das cerca de 5 milhões de toneladas que consome por ano.

Os senadores querem mostrar ao governo federal a necessidade de ampliar a produção nacional do fertilizante, a partir da exploração das reservas no Amazonas, para garantir segurança e competitividade à produção de grãos.

— Vamos formar essa frente pela autossuficiência

na produção de potássio — ressaltou Vanessa.

Presente à audiência na CMA, Roberto Ventura, diretor de Geologia e Recursos Minerais do Serviço Geológico do Brasil (CPRM), informou que o país tem uma única mina de potássio em operação, com produção já declinante.

— Se nada for feito, a produção nacional estará esgotada até 2019, ficando o Brasil totalmente dependente do potássio importado — salientou.

O Amazonas tem grandes reservas de sais de potássio, em especial a silvinita, descobertas na década de 80 pela Petrobras, mas ainda não exploradas. As vantagens da localização das reservas foram destacadas por Blairo Maggi. Conforme enfatizou o parlamentar, a região conta com hidrovias e portos fluviais que comportam navios com capacidade de transporte de até 60 mil toneladas de carga.

## Vanessa vê na atividade chance de crescimento para a Amazônia

Vanessa Grazziotin considera que a exploração da silvinita favorecerá o crescimento econômico com distribuição de renda na região. Ela lembra que muitos municípios amazonenses são dependentes de repasses do Fundo de Participação dos Municípios e de ICMS, sendo a mineração uma opção para viabilizar a geração de empregos.

— Não queremos apenas explorar as gigantes reservas de silvinita do Amazonas, mas, a partir delas, estabelecer um polo petroquímico,

pois também produzimos gás. É uma luta não só do meu estado, mas também dos estados produtores de alimentos e do Brasil — afirmou.

No mesmo sentido, o deputado estadual Sinésio Campos (PT-AM) ressaltou que o Amazonas busca uma exploração sustentável de potássio, visando ao desenvolvimento da agricultura familiar e do agronegócio como um todo, sem a destruição ambiental verificada em atividades mineradoras desordenadas, como em Serra Pelada.

## Moka defende mais recursos para investimentos no Centro-Oeste

O senador Waldemir Moka (PMDB-MS) chamou a atenção ontem, em Plenário, para a importância de o governo federal destinar novos recursos para promover o desenvolvimento do Centro-Oeste.

— É indiscutível a importância do FCO

[Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste] para Mato Grosso do Sul. Entretanto, o total liberado, de aproximadamente R\$ 1,35 bilhão, não tem sido suficiente para promover o desenvolvimento à altura que o nosso estado merece — explicou o senador.



Senadores Luiz Henrique e Anibal Diniz (2º e 3º à esq.) ao lado de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social do Senado

## Relator recomenda autossuficiência

O relatório contém várias recomendações para que o Brasil detenha a tecnologia de toda a cadeia produtiva de terras-raras.

Luiz Henrique afirmou que é preciso estabelecer parceria público-privada para acelerar a produção de catalisadores, ímãs permanentes e outros produtos oriundos de terras-raras. O relator recomenda que não haja monopólio público sobre o manuseio de elementos minerais radioativos.

A legislação de terras-raras, na opinião do senador, deve permitir que o país seja autossuficiente nos produtos

derivados desses elementos. Além disso, o relator quer que o país tenha domínio científico e tecnológico de todas as fases da exploração e da industrialização dos 17 elementos terras-raras.

Em seguida, defendeu, o país precisa expandir a condição de fornecedor de produtos de valor agregado, em vez de ser apenas exportador de commodities minerais.

Segundo o relatório, a futura lei deve permitir que estados e municípios também executem a política relacionada às terras-raras. O objetivo é agilizar os processos de pesquisa,

licenciamento de lavras, beneficiamento de tecnologia mineral, exploração e comercialização desses bens minerais.

Luiz Henrique também quer que o Estado incentive a exploração de terras-raras com linhas de crédito e com a redução da burocracia.

A futura lei, a seu ver, deve ainda garantir a segurança jurídica aos investimentos no setor de terras-raras. Luiz Henrique acha necessário fazer uma reprogramação do mapeamento geológico do país e realizar projetos inovadores.

## Revista relata debates sobre elementos

A apresentação do relatório final da Subcomissão Temporária das Terras-Raras ontem foi feita paralelamente ao lançamento da 17ª edição da revista *Em Discussão!*, que teve como base os debates promovidos nas cinco audiências ocorridas entre maio e julho deste ano, bem como as propostas incluídas no relatório.

O relator da subcomissão, Luiz Henrique (PMDB-SC), destacou a importância da

revista para ampliar o conhecimento da sociedade acerca das terras-raras, também chamadas de “ouro do século 21”.

O presidente da CCT, Zeze Perrella (PDT-MG), o presidente da subcomissão, Anibal Diniz (PT-AC), e Ângela Portela (PT-RR) destacaram a qualidade da revista e o apoio que a Comunicação Social do Senado dá para a divulgação das discussões que a Casa realiza.

O diretor da Secretaria de Comunicação Social, Davi Emerich, destacou que as informações da revista sobre o assunto são completas e, por isso, servem para consulta pelos interessados sobre o assunto por um longo prazo. Ele frisou que a tiragem de 2.500 exemplares é distribuída de maneira dirigida e a versão eletrônica, no Portal de Notícias do Senado, tem muitos acessos.

# Senadores defendem veto a “penduricalhos” em MPs

Apoio à decisão do presidente da Câmara, Henrique Alves, de devolver à comissão mista medidas provisórias com assuntos estranhos incorporados ao texto original uniu governistas e opositores

**SENADORES DA BASE** do governo e da oposição defenderam ontem a observância de regra que veda a inclusão de matérias estranhas ao objeto principal de medidas provisórias (MPs). A discussão teve início quando o líder do governo no Congresso, José Pimentel (PT-CE), manifestou apoio à decisão do presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves, de não mais receber, a partir de 3 de outubro, MPs com temas diversos.

A decisão ocorreu em razão das críticas de deputados à incorporação de diversos assuntos na MP 615/2013, que concede subvenção a produtores da safra 2011-2012 de cana-de-açúcar e de etanol da Região Nordeste e que deverá ser votada hoje no Plenário do Senado.

Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP) considerou “muito difícil” estabelecer conexão de sentido entre os temas tratados. — Trata de subvenção

econômica a produtores rurais; competências do Banco Central a respeito de cartão de crédito; e de mais uma das mágicas contábeis de que o governo atual se tornou mestre, que é uma operação visando monetizar recebíveis de Itaipu. Três temas absolutamente distintos numa mesma medida provisória — frisou.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, lembrou que as medidas provisórias têm provocado “desgastes e atrofia legislativa” ao Congresso Nacional há mais de 25 anos.

— Concordo com o presidente da Câmara no sentido de que possamos apertar essa questão — declarou.

Cyro Miranda (PSDB-GO) apoiou a decisão de impedir “penduricalhos” e Mário Couto (PSDB-PA) cobrou a votação de PEC 11/2011, que altera o rito de apreciação de medidas provisórias.



Senador Cícero Lucena (D), relator da MP, ao lado do deputado José Airton

## Parlamentares defendem MP da Seca para socorro a produtores

Parlamentares da comissão mista que analisa a MP 623/2013 ressaltaram a importância da proposta e relataram as dificuldades dos pequenos produtores rurais nordestinos. A medida complementa a chamada Lei da Seca (Lei 12.844/2013), que trata de operações de crédito

como objetivo defender grandes produtores ou perdoar grandes dívidas.

— Essa é a realidade do pequeno produtor. Daí a nossa responsabilidade de encontrar a solução.

Eunício Oliveira (PMDB-CE) relatou ter encontrado um agricultor de mais de 70

**Eunício Oliveira rechaça medidas paliativas e defende solução definitiva para o homem do campo**

anos que lhe pediu que o salvasse, pois muitos já haviam cometido suicídio e ele poderia ser o próximo por causa da vergonha de ser devedor.

— Não dá pra

buscar soluções paliativas. Queremos que o problema do homem do campo seja definitivamente resolvido — afirmou.

Ele disse que pretende propor a individualização das dívidas, sob o argumento de que muitas vezes um produtor tem dívidas espalhadas em contratos para compra de equipamento, adubo, semente e outros insumos. A sugestão diminuiria a burocracia e ampliaria o alcance da MP. Cícero sinalizou que vai acolher a sugestão.

O relator, Cícero Lucena (PSDB-PB), contou o caso de Francisco José da Silva, dono de 62 hectares em Boqueirão (PB), que tomou empréstimo de R\$ 22 mil no Banco do Nordeste do Brasil (BNB). Pagou as prestações por dez anos e deixou de pagar há cinco. Hoje, deve R\$ 235 mil.

Segundo o senador, a terra de Silva irá a leilão e, caso o dinheiro arrecadado não cubra a dívida, ele continuará inadimplente. A propriedade não vale R\$ 40 mil. Cícero reiterou que a MP não tem

## Presidente do Senado comemora ampliação do Água Para Todos

O presidente do Senado, Renan Calheiros, elogiou a ampliação do Programa Água para Todos, cujo termo de compromisso foi assinado ontem pela presidente Dilma Rousseff.

— É um programa importante para o Nordeste, que enfrenta uma das maiores secas da história — afirmou.

Com o objetivo de universalizar o acesso e o uso de água para populações carentes, serão incluídas 41 mil famílias em 336 municípios de Alagoas, Bahia, Ceará, Minas

Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe.

Serão construídos 1.042 sistemas simplificados de abastecimento de água, como cisternas e pequenas barragens para armazenar água durante a temporada de chuvas. O investimento previsto é de R\$ 135 milhões.

— É uma iniciativa de grande sensibilidade do governo federal, uma garantia de água permanente e sustentável para o semiárido — ressaltou Renan.



Entre Michel Temer e Renan Calheiros, Dilma amplia programa contra seca



Aloysio Nunes e José Pimentel apoiaram decisão de vetar temas diferentes

## Renan apoia fim de temas acessórios

Em encontro ontem com o presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Eduardo Alves, o presidente do Senado, Renan Calheiros, reafirmou que não vai analisar medidas provisórias com menos de sete

dias de validade. Ele defendeu a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição 11/2011, do senador José Sarney (PMDB-AP), como solução definitiva à tramitação de MPs.

Renan Calheiros acrescentou que vai defender no Senado a posição de Henrique Alves de que as medidas provisórias só tratem do assunto principal, e não mais de temas acessórios.

## Senado deve votar hoje MP 615, sob polêmica

A Medida Provisória (MP) 615/2013, que dá benefícios ao setor sucroalcooleiro e trata de 20 outros temas, chegou anteontem ao Senado, logo após aprovação na Câmara.

Com isso, a medida atende determinação do Senado de só analisar MPs com pelo menos sete dias de validade. O prazo da MP 615 termina dia 16.

A votação na Câmara foi recheada de polêmicas, entre elas, o prazo, já que a MP só foi aprovada na comissão mista na terça-feira passada, chegando ao Plenário na quarta.

A variedade de assuntos também causou intenso debate entre os deputados. Na comissão, a MP recebeu mais de 100 emendas e foi aprovada com quase 50 artigos.

O líder do governo no Senado, Eduardo Braga (PMDB-AM), acredita que a medida seja aprovada pela Casa hoje com as alterações feitas pela Câmara. A MP foi um dos assuntos da reunião de ontem entre a presidente Dilma Rousseff, ministros e líderes dos partidos da base governista no Senado.

### Colcha de retalhos

Senado tem até segunda-feira para analisar MP 615/2013, editada inicialmente para beneficiar produtores de cana e que recebeu mais de 100 emendas sobre 20 temas diferentes

#### OS DEPUTADOS DECIDIRAM MANTER NA MP:

- ✓ Parcelamento para bancos e seguradoras de dívidas do PIS e da Cofins vencidas até 31 de dezembro de 2012
- ✓ Reabertura, até 31 de dezembro de 2013, do prazo de adesão ao chamado Refis da Crise, programa que permite a renegociação de dívidas por empresas com débitos fiscais federais
- ✓ Direito à exploração do serviço de táxi a ser transferido, por herança, aos familiares do titular, durante o período de validade da concessão
- ✓ Autorização de financiamento para a renovação e a implantação de canais
- ✓ Subvenção de R\$ 12 por tonelada a produtores de cana afetados pela estiagem, no limite de 10 mil toneladas cada um
- ✓ Subvenção a destilarias de etanol com produção voltada ao mercado interno. São R\$ 0,20 por litro produzido e comercializado na safra 2011-2012
- ✓ Porte de arma para agentes penitenciários fora de serviço

#### OS DEPUTADOS OPTARAM POR EXCLUIR DA MP:

- ✗ Regularização de terras públicas do Distrito Federal ocupadas por templos
- ✗ Possibilidade de reinclusão dos clubes de futebol no parcelamento de débitos com o INSS, com a Fazenda Nacional e com o FGTS previsto na Timemania
- ✗ Ampliação de benefícios para plantadores de cana-de-açúcar do Paraná e da área abrangida pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene)
- ✗ Permissão de pagamento de salário extra por até seis meses para agente público ou parlamentar depois do fim do mandato ou da exoneração, se ficar comprovado conflito de interesse com a atuação no mercado
- ✗ Desoneração da folha de empresas de prestação de serviço de transporte, vigilância e segurança privada e do comércio varejista de produtos farmacêuticos
- ✗ Transmissão do direito de utilização de quiosques, trailers, feiras, bancas de jornais em áreas públicas
- ✗ Alongamento de dívidas com recursos do Fundo Constitucional de Desenvolvimento do Nordeste em municípios em estado de calamidade pública ou em situação de emergência

Em audiência, transparência maior nas contas do governo é apontada por especialistas de bancos como medida essencial para favorecer a conjuntura econômica brasileira



Presidente da Comissão de Assuntos Econômicos, Lindbergh Farias (3º à esq.) coordena o debate com especialistas

## Economistas defendem autonomia do Banco Central

A AUTONOMIA DO Banco Central foi defendida ontem em audiência pública da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Os participantes do debate concordaram também em outro ponto: é preciso aumentar a transparência nas contas do governo.

O economista-chefe do banco Credit Suisse, Nilson Teixeira, pediu a aprovação de substitutivo de Francisco Dornelles (PP-RJ) ao Projeto de Lei do Senado (PLS) 102/2007, que dá a presidente e diretores da instituição seis anos de mandato, com uma possível recondução. Teixeira disse que o Brasil é o único país, entre os que adotam metas de inflação, cuja diretoria de banco central não tem mandato fixo.

Em resposta a Dornelles, Cristovam Buarque (PDT-DF) e Blairo Maggi (PR-MT), o economista disse que o BNDES já responde por 19% da dívida mobiliária do país.

Ele afirmou que os aportes frequentes do Tesouro em instituições estatais, com troca de títulos públicos por títulos dessas empresas, reduzem a transparência no campo fiscal.

A adoção da independência operacional do Banco Central vai provocar um “impacto institucional” semelhante ao Plano Real, na opinião do economista-chefe do Bradesco, Octavio de Barros. Para ele, a politização sobre o tema perdeu o sentido.

### Transparência

Ilan Goldfajn, economista-chefe do Itaú Unibanco, afirmou que o Brasil não tem dinâmica perversa de dívida nem problema fiscal, mas precisa reforçar a transparência das contas. Barros concordou, advertindo que o país tem uma recorrente crise de confiança. Para enfrentar o problema, apresentou sugestões, como melhor transparência fiscal.

— Há uma ampla percepção de que o Brasil possa estar gerando passivos ocultos de difícil mensuração mais adiante. O país precisa de orçamentos críveis — afirmou Barros.

Outra sugestão dele é limitar o crescimento dos gastos públicos totais ao crescimento do PIB nominal, impedindo o aumento da dívida bruta. O efeito, previu, seria uma queda estrutural nos juros.

Respondendo a Cristovam, Teixeira afirmou que o aumento da produtividade depende dos investimentos em educação. Ele defendeu um mecanismo semelhante à Lei Rouanet, que permite aplicar parte do Imposto de Renda devido em ações culturais.

Ponto de vista parecido foi defendido por Goldfajn, para quem o crescimento no longo prazo depende mais da produtividade. Segundo ele, a melhoria da educação pode elevar a produtividade.

## Ações de longo prazo beneficiam o Brasil, segundo o Bradesco

O economista do Bradesco acredita que o cenário macroeconômico de curto prazo melhoraria imensamente com a implementação de ações de longo prazo, pois os mercados financeiros reagem imediatamente a medidas duradouras. Barros disse que o Brasil é percebido como um país que só avança superficialmente no que se refere às

reformas econômicas. Há, observa ele, o reconhecimento de avanços incrementais, cumulativos, mas também existe uma avaliação de que “falta apetite” por reformas de longo prazo.

— Por isso os investidores têm baixíssima tolerância a desvios de conduta na área macroeconômica — ressaltou.

## Credit Suisse prevê crescimento de 2,4% para o PIB deste ano

Teixeira, do Credit Suisse, prevê que a economia brasileira crescerá 2,4% neste ano — número próximo ao percentual previsto pelo governo (2,5%). Ele disse que um dos principais destaques será a agropecuária, que vem registrando crescimento expressivo. Quanto à taxa básica de juros, Teixeira prevê que a Selic, hoje em 9% ao

ano, continuará a aumentar até alcançar 10% ao ano. Ele disse que a inflação permanecerá em alta até o próximo ano, ressaltando o papel da inflação de serviços.

Por outro lado, o economista afirmou que, ao contrário do que muitos pensam, os investimentos no país vêm se expandindo mais que o consumo das famílias.

## Itaú quer discutir o impacto dos juros internacionais sobre o real

Ilan Goldfajn alertou para o impacto do aumento dos juros internacionais sobre a inflação brasileira. Segundo ele, as intervenções do Banco Central são uma das questões a serem analisadas. Para combater a crise mundial iniciada em 2008, lembrou, foram utilizados estímulos como a redução dos juros

de diversos bancos centrais. — A dúvida é o que iria acontecer quando os estímulos fossem retirados. E é isso que estamos começando a viver em 2013 — afirmou.

Segundo Goldfajn, com o fim dos juros baixos, os fluxos de capitais mudam de direção — o que se reflete na alta do dólar.

## Alvaro Dias pede modelo econômico que priorize investimentos no país



Lin de Paulo/Agência Senado

A principal causa do baixo crescimento do PIB brasileiro nos últimos anos, disse ontem Alvaro Dias (PSDB-PR), foi a incapacidade do governo da presidente Dilma Rousseff de substituir o atual modelo de crescimento econômico, baseado no consumo, por um sistema que priorize investimentos, sobretudo em infraestrutura.

Na visão do senador, para recuperar a economia, as políticas pelo lado da oferta precisam ser retomadas. Porém, segundo ele, não há sinal de que a correção de rumo esteja em curso, podendo ocorrer apenas após as eleições ou pela imposição dos acontecimentos.

## Walter Pinheiro: é preciso retomar o caminho do pacto federativo

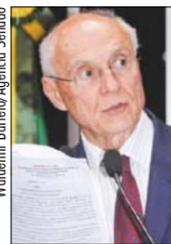


Pedro Franco/Agência Senado

O pacto federativo precisa voltar à pauta de debates do Senado. Esse foi o apelo feito ontem por Walter Pinheiro (PT-BA).

Segundo o senador, a concentração de recursos na União e a volatilidade do câmbio têm agravado as dificuldades financeiras de estados e municípios. Ele lembrou que o governo já enviou uma proposta para a Câmara que trata das dívidas estaduais e municipais e disse que é preciso voltar ao debate sob a óptica do desenvolvimento econômico, com foco justamente nos entes mais prejudicados.

## Suplicy se emociona ao relatar visita ao ex-deputado Luiz Gushiken



Waldemir Barreto/Agência Senado

Em um emocionado pronunciamento ontem, Eduardo Suplicy (PT-SP) fez uma pequena biografia do ex-ministro e ex-deputado federal Luiz Gushiken, a quem visitou no final de semana no Hospital Sírio Libanês, em São Paulo. Gushiken está acometido por um câncer em estágio avançado.

O ex-deputado foi um dos fundadores do PT, partido que presidiu e pelo qual foi eleito deputado federal por três vezes. Em 2005, foi acusado de participação no esquema do mensalão. Sete anos depois, foi inocentado pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros  
**Primeiro-vice-presidente:** Jorge Viana  
**Segundo-vice-presidente:** Romero Jucá  
**Primeiro-secretário:** Flexa Ribeiro  
**Segunda-secretária:** Ângela Portella  
**Terceiro-secretário:** Ciro Nogueira  
**Quarto-secretário:** João Vicente Claudino  
**Suplentes de secretário:**  
 Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

**Diretora-geral:** Doris Peixoto  
**Secretária-geral da Mesa:** Claudia Lyra

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor:** Davi Emerich  
**Diretor-adjunto:** Flávio de Mattos  
**Diretor de Jornalismo:** Eduardo Leão

### AGÊNCIA SENADO

**Coordenador:** Marco Antonio Reis (61) 3303-3327  
**Chefia de Reportagem:** Teresa Cardoso e Sheyla Assunção  
**Edição:** Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia  
**Site:** [www.senado.leg.br/noticias](http://www.senado.leg.br/noticias)

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

## JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

**Coordenador:** Flávio Faria (61) 3303-3333

**Editor-chefe:** Sílvio Burle

**Editores:** André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana e Ricardo Westin

**Diagramação:** Ronaldo Alves e Sandro Alex

**Revisão:** Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

**Coordenação de fotografia:** Paula Cinquetti

**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

**Arte:** Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso (61) 3303-3333

Legislação que trata da jornada de trabalho dos pilotos está desatualizada e não trata, por exemplo, do gerenciamento do risco de fadiga

# Empresários e trabalhadores buscam acordo para jornada dos aeronautas

REPRESENTANTES DOS TRABALHADORES, dos empresários e técnicos da aviação vão construir um texto que servirá de subsídio para o senador Paulo Paim (PT-RS) elaborar substitutivo ao Projeto de Lei do Senado (PLS) 434/2011.

O texto, de autoria do senador Blairo Maggi (PR-MT), regulamenta a jornada de trabalho dos aeroviários. A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) realizou audiência pública ontem para instruir a deliberação da matéria, que receberá decisão terminativa do colegiado.

O presidente da CAS, senador Waldemir Moka (PMDB-MS), informou que os setores

envolvidos começaram a se reunir para discutir a proposta quando vieram ao Senado em 27 de agosto. Nesse dia, estava prevista uma audiência pública, mas o encontro não aconteceu, pois a presidente da República, Dilma Rousseff, visitava o Senado.

Os convidados para aquele debate conversaram e marcaram outra reunião, realizada no Rio de Janeiro, para tentarem um consenso. De acordo com o presidente da comissão, para os pontos em que não houver acordo, a decisão será feita no voto pelos senadores da CAS.

## Fadiga

Os principais pontos a serem observados na atualização

da lei que regulamenta a profissão de aeronauta (Lei 7.183/1984), para o presidente do Sindicato Nacional dos Aeronautas, Marcelo Ceriotti, são a segurança das operações, o gerenciamento do risco de fadiga e a remuneração. Atualmente, informou, não existe um formato definido para tratar o gerenciamento do risco de fadiga.

Para o representante do Sindicato Nacional das Empresas Aéreas, Odilon Junqueira, o gerenciamento do risco de fadiga é o ponto mais importante da proposta. Ele afirmou ser preciso estabelecer limites de carga horária com base em abordagem científica. Na opinião dele, é arriscado dimi-

nuir a jornada do aeronauta, pois poderá tornar a aviação brasileira antieconômica e sem competitividade. O setor, como ressaltou, já vem enfrentando dificuldades causadas pelo risco Brasil.

O representante da Associação Brasileira de Pilotos da Aviação Civil (Abrapac), Amauri Montandon, destacou ser necessário adequar a carga de trabalho às condições enfrentadas pelos aeronautas, pois a fadiga impede que o piloto tome decisões acertadas em situações de emergência. A segurança dos voos, disse ele, depende das condições em que se encontra o profissional.

O especialista em gerenciamento de risco de fadiga humana, Paulo Rogério Licati, sugeriu que a atualização da lei não leve tanto em conta a legislação de outros países. Na avaliação dele, cada região possui peculiaridades que não necessariamente condizem com a brasileira.

Para o presidente do Instituto Goiano de Direito do Trabalho, Rafael Martins, o mais importante é a dignidade do trabalhador. As boas condições de trabalho, observou, resultam em mais segurança nos voos.



Senador Waldemir Moka (C) preside audiência da CAS sobre o projeto que modifica a jornada de trabalho dos aeronautas

## Norma para lotéricas será votada semana que vem, garante Renan

O presidente do Senado, Renan Calheiros, assumiu o compromisso de votar o projeto de lei que regulamenta o funcionamento das casas lotéricas no esforço concentrado, marcado para a semana de 16 a 20 de setembro. Ele recebeu ontem o apelo dos representantes das empresas para que a proposta seja votada o mais breve possível.

O texto foi aprovado ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado e segue agora para o Plenário.

O Projeto de Lei da Câmara 40/2013 pretende trazer maior segurança jurídica para as mais de 12 mil lotéricas que existem no país e empregam cerca de 60 mil pessoas. De acordo com o presidente da Federação Brasileira das Empresas Lotéricas, Roger Benac, mais de 120 milhões de brasileiros passam por mês por essas casas, que são responsáveis, entre outras operações, pelo pagamento do Bolsa

Família e das aposentadorias.

A senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), que participou do encontro, observou que a proposta está sendo negociada há mais de cinco anos. Para ela, há avanços no texto, entre os quais a manutenção da Caixa Econômica Federal como única instituição atrelada às casas lotéricas e o reajuste dos serviços prestados seguindo o percentual

**Atividade das quase 12 mil lotéricas ainda é regulada por portarias da Caixa Econômica Federal**

das loterias.

— O presidente Renan não deixa ninguém morrer na praia. Tenho certeza de que votaremos esse projeto na semana que vem — afirmou a senadora.

Um dos pontos da nova regulamentação é o tempo de permissão, fixado em 20 anos e renovável por igual período. Hoje, a atividade das casas lotéricas é disciplinada por portarias da Caixa Econômica Federal, o que gera insegurança nos investimentos do setor.

## Avança proposta que proíbe jogos de azar pela internet

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) aprovou ontem projeto que proíbe os jogos de azar pela internet no país (PLS 570/2011). Segundo o texto, de Vital do Rêgo (PMDB-PB), estabelecer, explorar ou permitir, pela internet, bingo, aposta ou qualquer tipo de jogo de azar não autorizado, independentemente de pagamento de prêmio, poderá resultar em pena de reclusão de dois a cinco anos, mais multa.

Para o autor, as apostas via internet criam oportunidade para práticas corruptas, como fraudes, resultados combinados, cartões de apostas ilegais e lavagem de dinheiro, já que os jogos podem ser ativados e desativados rapidamente. Ele destacou que a medida também visa inibir o uso ilícito dos cartões de crédito das vítimas.

Favorável à proposta, o relator, Flexa Ribeiro (PSDB-PA), ressalta que o controle efetivo do Estado sobre os jogos de azar é imprescindível, pois, sem ele, os jogadores tornam-se vítimas dos agentes que exploram a atividade.

“Necessário, portanto, elevar à categoria de crime esse caso particular de contravenção relativa à polícia de costumes”, defende Flexa. Durante a votação, ele citou a preocupação da Caixa com o risco de colocar na ilegalidade as loterias federais a partir da aprovação da matéria. Entretanto, o senador ressaltou que a proibição só valerá para jogos de azar não autorizados.

Walter Pinheiro (PT-BA) lembrou que está em andamento no Senado a elaboração de um novo Código Penal. Para ele, é preciso ter cuidado para que não se elabore o novo código e depois “uma colcha de retalho penal por fora”.

O texto segue para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), onde terá decisão final.



Projeto de Vital do Rêgo segue agora para votação final na CCJ do Senado

## Viana destaca desenvolvimento humano do Acre

Jorge Viana (PT-AC) comemorou ontem o avanço dos indicadores de desenvolvimento humano no Acre.



Os dados, disse o senador, foram apresentados em seminário ocorrido em Rio Branco sobre os avanços do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) no Brasil nas últimas duas décadas. Viana destacou o IDH de Rio Branco, de 0,7, em uma escala que vai de zero a um.

— Rio Branco é uma das cidades do Norte do Brasil que tiveram uma transformação extraordinária graças a um trabalho que foi e que segue sendo feito — afirmou.

## Cyro quer derrubada de veto ao fim da multa adicional do FGTS

Cyro Miranda (PSDB-GO) defendeu ontem a rejeição do veto a projeto de lei que acabava com a multa adicional de 10% sobre o saldo total do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. O veto deve ser apreciado na próxima terça-feira pelo Congresso.

— Derrubar o veto é uma maneira eficiente e didática de forçar a presidente a dialogar mais com o Congresso Nacional — afirmou o senador, que diz não conhecer argumentos plausíveis para manter a multa.

Segundo Cyro, o fim da multa é uma desoneração que não diferencia pequenos e grandes empresários e beneficia todo o setor produtivo.

## Lídice comemora eleição direta para presidente do Bahia

A senadora Lídice da Mata (PSB-BA) comemorou ontem a primeira eleição direta para presidente do Esporte Clube Bahia, ocorrida em 7 de setembro. Pelo voto direto, os sócios do clube escolheram Fernando Schmidt, que já havia dirigido o clube entre 1975 e 1979.

— Foi uma data importante para o desporto baiano e para o futebol brasileiro. Tivemos o primeiro presidente do Esporte Clube Bahia eleito diretamente, depois de ampla mobilização dos torcedores, insatisfeitos com os rumos da agremiação e com a falta de transparência nas decisões — relatou.

Audiência pública da CCJ ontem mostrou que não há consenso, entre especialistas, sobre proposta que prevê internação involuntária de dependentes químicos e aumento de pena para traficantes



Valadares (3º à dir.) coordena debate sobre alterações no Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas

## Debatedores discordam sobre políticas antidrogas

A COMISSÃO DE Constituição e Justiça (CCJ) pode ter dificuldade para chegar a um consenso em torno do projeto (PLC 37/2013) que altera o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas (Sisnad). Isso ficou claro na audiência pública de ontem, em que as medidas de internação involuntária de usuários de droga e de ampliação da pena imposta a traficantes foram criticadas.

— A loucura e a dependência não se tratam com segregação. É preciso avançar com uma legislação que diminua o encarceramento — afirmou Alice De Marchi, representante da ONG Justiça Global.

Além de reivindicar uma caracterização clara, na lei, do usuário e do traficante, o advogado Cristiano Maronna, da Rede Pense Livre, disse que o incentivo ao encarceramento vai reforçar a tendência de ver “o pobre como traficante e o rico como usuário”.

Maronna considerou inconstitucional a ampliação da pena — de 8 a 15 anos de reclusão — para o traficante no comando de organização criminosa.

— A pena por homicídio

doloso simples é de seis anos de encarceramento. Como é possível a pena [para o tráfico] ser maior do que matar alguém? — indagou.

Os médicos Dartiu Xavier da Silveira, professor da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), e Miriam Abou-yd, da Rede Nacional Internúcleos de Luta Antimanicomial, questionaram a internação involuntária de dependentes químicos.

— Não sou contra a internação. Sou contra a internação como política pública — ressaltou Silveira.

Miriam discordou também do “acesso privilegiado” que o projeto destina às comunidades terapêuticas na rede assistencial a usuários de drogas. O secretário nacional de Política sobre Drogas do Ministério da Justiça, Vitore Maximiano, explicou que o projeto proíbe a internação nessas instituições. A atuação delas, porém, é vista como complementar ao atendimento ambulatorial, política assistencial considerada prioritária. De acordo com ele, a expectativa do governo, que já financia 2 mil vagas em 80 comunidades terapêuticas, é

ofertar 10 mil vagas.

O projeto foi defendido pelo autor, deputado Osmar Terra (PMDB-RS). Para ele, a proposta traz uma visão de saúde pública voltada ao combate de uma “gravíssima epidemia”. Assim, o aumento da pena para o traficante líder de organização criminosa teria como objetivo reduzir a circulação de drogas.

Em relação à internação involuntária, ele disse que seria um recurso para o usuário que não tem mais consciência dos próprios atos e que precisa ser ajudado pela família. O texto prevê que esse tipo de internação dependa de autorização médica e que seja limitado a 90 dias. Terra defendeu as comunidades terapêuticas como importantes para manter a abstinência prolongada.

Humberto Costa (PT-PE) e Eduardo Suplicy (PT-SP) observaram que, como questão de saúde pública, o tratamento de dependentes químicos não deveria ser abordado em proposta sobre repressão ao tráfico. A audiência pública foi presidida por Antonio Carlos Valadares (PSB-SE), relator do PLC 37/2013 na CCJ.

## MEC: SUS deve ser pré-requisito para residência médica

O secretário de Educação Superior do Ministério da Educação, Paulo Speller, defendeu, durante audiência pública da comissão mista que analisa a medida provisória (MP 621/2013) que criou o Programa Mais Médicos, que o segundo ciclo de formação dos estudantes de Medicina previsto na MP seja pré-requisito para que médicos formados possam ingressar na residência médica em outras especialidades.

Pela MP, depois dos seis anos do curso de Medicina, os recém-formados devem trabalhar por mais dois anos fazendo treinamento exclusivo em atenção básica à saúde no Sistema Único de Saúde (SUS). O relator da MP, deputado

Rogério Carvalho (PT-SE), concorda. Ele disse que o segundo ciclo voltado para o atendimento no SUS vai recriar a formação geral do médico no Brasil, que hoje dá prioridade a especialistas. O diretor da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, do Ministério da Saúde, Fernando da Silva, também defendeu a

aplicação do segundo ciclo.

Para a conselheira nacional de Saúde Ana Maria Costa, o programa é paliativo e não resolve os problemas da área. Em sua opinião, para levar médicos às cidades do interior é preciso criar planos de cargos e salários e acabar com o subfinanciamento da saúde pública. (Da Agência Câmara)

## Audiência conjunta avalia programa

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) aprovou requerimento para fazer audiência com mais seis comissões para ouvir o ministro da Saúde, Alexandre

Padilha, sobre o Programa Mais Médicos. Também foi convidado o representante no Brasil da Organização Pan-Americana de Saúde, Joaquín Molina.

## Projeto sobre bibliotecas escolares é aprovado em turno suplementar

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) confirmou ontem, em turno suplementar, a aprovação do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 28/2012, que determina a criação e a manutenção de bibliotecas em todas as escolas públicas da educação básica federal, estadual e municipal.

Além disso, a proposta também prevê a contratação de “professores readaptados” e “técnicos em biblioteconomia e multimeios didáticos”, profissionais com competência para orientar as leituras dos alunos. Outra mudança reduz o prazo para o cumprimento da norma, de cinco para três anos.

Foi também aprovado, em segunda votação, o Projeto de Lei do Senado (PLS)

291/2012, que torna obrigatória, nos programas de mestrado, disciplina que assegure aos alunos formação como docentes para os cursos superiores. De autoria de Cyro Miranda (PSDB-GO), a proposta estabelece que o grau de mestre seja a titulação mínima exigida nos concursos para as carreiras de docentes em universidades ou faculdades públicas.

O turno suplementar de votação foi necessário porque, ao examinar os dois projetos na semana passada, em decisão terminativa, a comissão optou pela aprovação de substitutivos no lugar dos textos originais.

Se não houver recurso para análise em Plenário, os dois projetos seguirão para a Câmara em até cinco dias.



Presidente da CE, Cyro (D) conversa com Flexa (E) em reunião do colegiado

## Jarbas lamenta morte do produtor e compositor Carlos Fernando

Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) apresentou voto de pesar pela morte, em 1º de setembro, do compositor e produtor musical pernambucano Carlos Fernando. De acordo com o senador, o compositor se destacou pela



ousadia e criatividade, ao misturar o frevo pernambucano a outros ritmos.

Jarbas ressaltou que o artista foi “um verdadeiro militante da cultura pernambucana, um militante apaixonado e batalhador da cultura brasileira”.

## Paim comemora classificação de universidades gaúchas em ranking

Paulo Paim (PT-RS) parabenizou universidades gaúchas pela classificação no *Ranking Universitário Folha 2013*, publicado pelo jornal *Folha de S.Paulo*.



Rio Grande do Sul (UFRGS) foi a quarta melhor do país e felicitou outras instituições — entre elas, as Universidades Federais de Santa Maria (UFSM) e de Pelotas (Ufpel)

O senador informou que e a Pontifícia Universidade Católica gaúcha (PUC-RS).

## Casildo destaca escolha de SC como melhor estado para turismo

Casildo Maldaner (PMDB-SC) comemorou a escolha, pelo sétimo ano consecutivo, do estado de Santa Catarina como o melhor para turismo no Brasil. O Prêmio Viagem e Turismo de melhor estado foi dado em escolha de leitores da revista de



mesmo nome e do *Guia Quatro Rodas*.

A variedade de paisagens, etnias e culturas motivou a escolha, avaliou, acrescentando que o esforço do governo do estado para a estruturação e a profissionalização da atividade também foi determinante.